

➤ Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 04/2021

Processo Administrativo n.º 1.23.000.000985/2021-56

SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.056.054/0001-95, com sede na Conj. Amapá, Alameda A, nº 313 – Souza, CEP: 66083-290, Belém-PA, inscrita e devidamente qualificada no processo administrativo supracitado, representada por sua proprietária que abaixo subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, apresentar a presente:

CONTRARRAZÃO AO RECURSO

interposto por E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DAS RAZÕES

A RECORRIDA, titular da proposta mais vantajosa, foi devida e corretamente habilitada no certame licitatório. Mesmo assim, houve a interposição de recurso pela licitante E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, como evidente tentativa desesperada de contratação, a despeito de não oferecer a melhor oferta.

Entretanto, o recurso é falacioso, não se sustenta juridicamente, fundamenta-se em dispositivos isolados e não considera as demais disposições editalícias, jurídicas e razoáveis que confirmam o acerto na classificação da RECORRIDA, como demonstraremos nestas contrarrazões.

II – DA CORRETA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS CUSTOS

A Recorrente alega que há erro no preenchimento da planilha de preços utilizada pela Recorrida. Primeiramente, é imprescindível ressaltar que NÃO HÁ QUALQUER ERRO no preenchimento da Planilha de Custos, ao contrário do que a Recorrente alega, a mesma foi elaborada rigorosamente nos termos do item 10.1.2 do Edital, vejamos:

“10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, além do que, todos os itens (categorias) que compõem o grupo devem estar com os valores unitários e mensais dentro ou abaixo do valor de referência para se ter o aceite da proposta e em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.”

A recorrente faz tais alegações apresentando total desconhecimento do Edital, dos Instrumentos de Carácter Normativo, da atividade econômica principal da Recorrida, do REFERENCIAL TÉCNICO DE CUSTOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, o qual a Administração utilizou como base para a contratação no certame, que faz referência a contratação de SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, conforme o endereço eletrônico: <https://auditoria.mpu.mp.br/manuais-e-cartilhas/referencial-tecnico-custos/referencial-tecnico>.

Tal referencial técnico foi publicado devido a necessidade de alterações necessárias provenientes da entrada em vigor Lei 13.932/2019, conforme segue:

“ A principal mudança abordada na 3ª Edição deste Referencial Técnico de Custos foi a alteração do Módulo 3– Provisão para Rescisão, em especial, quanto a exclusão dos itens 3.B. Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado, 3.C. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado e 3.E. Incidência de GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado, bem como da alteração do percentual contido no item 3.F. Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado, frente a publicação da Lei nº 13.932/2019. No que se refere à exclusão dos itens 3.B. Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e 3.E. Incidência de GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado, isso ocorreu porque desde a publicação da 2ª Edição deste Referencial, adotase, nos modelos propostos por esta Audin-MPU, a concepção vertical das bases de cálculo, a semelhança do que é utilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia. Nessa concepção, um adicional de remuneração pode incidir sobre outro, dependendo apenas do que o ordenamento jurídico prescreve. Assim, uma das grandes implicações em adotar essa nova concepção foi a alteração das bases de cálculo dos itens 3.A – Aviso Prévio Indenizado (somatório do Módulo 1 com o 2, excluída a incidência dos encargos previdenciários correspondentes ao GPS) e 3.D – Aviso Prévio Trabalhado (somatório do Módulo 1 com o Módulo 2). Com essas alterações, para que não haja duplicidade na incidência de tributos, fez-se necessário excluir os itens 3.B. Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado e 3.E. Incidência de GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado, pois tanto o FGTS, como o GPS e outras contribuições integram o Módulo 2, que, por sua vez, já faz parte das bases de cálculo mencionadas. Sobre os itens 3.C. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado e 3.F. Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado, havia previsão de uma multa de 40% sobre o saldo dos depósitos na conta vinculada do trabalhador do FGTS, em conformidade com a Lei nº 8.036/1990 e uma contribuição social de 10%, em atendimento a Lei Complementar nº 110/2001. Em relação a essa última, de 10%, foi publicada a Lei nº 13.932/2019 que extinguiu, desde 1º de janeiro de 2020, essa contribuição social. Portanto, esse percentual foi retirado dos itens 3.C. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado e 3.F. Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado. Em relação a multa de 40%, o Tribunal Superior do Trabalho, no julgamento de revista RR - 632200-85.2009.5.12.0050, reafirmou a Orientação Jurisprudencial (OJ) 42 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST, no qual “O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal”. Por essa razão, essa multa foi excluída do cálculo do aviso prévio indenizado, acarretando a exclusão integral do item 3.C. Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado. Além disso, procedemos a revisões textuais, sem impactos nas planilhas de custos e formação de preços, com o propósito de adequar o Referencial às mudanças ora realizadas.

A recorrente levanta tal suposição numa tentativa desesperada de desclassificar a Recorrida, protelando o certame licitatório, já que ao analisar a planilha de custos apresentada fica evidente que não houve qualquer erro, contudo, ainda que a Recorrida tivesse cometido algum equívoco na cotação de sua proposta, esta seria responsável pelo ônus decorrente dele, conforme estabelece o item 6.5.1 do Edital, conforme segue:

"6.5.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.."

Observa-se que em momento algum o item 6.5.1 do Edital faz menção a desclassificação da licitante do certame em virtude de dimensionamento do quantitativo da proposta no que tange a custos variáveis, o que é o caso dos itens constantes no módulo 4, tão somente estabelece que a Recorrida deverá arcar com o ônus proveniente de algum equívoco, o que não ocorreu. Já que todas alíquotas adotados no nó módulo 4, foram utilizados conforme o estabelecido no Edital e a realidade da empresa.

Dessa forma, fica evidenciado que a Planilha de Custos apresentada pela Recorrida está em completo acordo com o Edital e com as Instruções Normativas, contudo, ainda que houvesse erro, este não seria capaz de ensejar a desclassificação da empresa Saram Serviços Especializados, conforme dispõem os itens 8.7 e 8.14 e do Edital, logo, não havendo qualquer margem para o pedido da Recorrente.

III – DA CORRETA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Primeiramente, incube-nos salientar que o recurso interposto possui caráter nitidamente protelatório, tendo em vista que não contém qualquer embasamento, apenas transparece uma tentativa frustrada da recorrente em ver sua proposta ser aceita, ainda que não possua a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A Recorrida é uma empresa séria e, como tal, preparou sua proposta totalmente de acordo com o edital, apresentando a proposta mais vantajosa para Administração Pública.

Entretanto, a Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Alega a Recorrente que a Recorrida supostamente apresentou proposta comercial conforme planilha de custo e formação de preço com erros, demonstrando total falta desconhecimento do Instrumento Convocatório, com alegações fantasiosas por não estar ciente das regras do processo, não ter apresentado a melhor proposta para administração, e aparentemente desconhecer as legislações vigências referentes a contratações públicas, no tocante ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Primeiramente, é imprescindível ressaltar que NÃO HÁ QUALQUER ERRO no preenchimento da Planilha, ao contrário, a mesma foi elaborada rigorosamente nos termos do Edital. A recorrente apenas levanta tal suposição numa tentativa desesperada de desclassificar a Recorrida.

Contudo, ainda que houvesse algum erro, o Edital é taxativo ao dispor no item 8.14 que erros na planilha não ensejam desclassificação, pois a mesma poderá ser ajustada, desde que não haja a majoração da proposta, vejamos:

"8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço."

Logo, é fato que não existe erro na Planilha de Custo elaborada pela Recorrida, no entanto, ainda que houvesse, isto não geraria a desclassificação da Empresa, haja vista que a planilha pode sofrer ajustes, desde que não majore a proposta.

Na verdade, a Recorrente tenta, sem êxito, demonstrar que a proposta apresentada pela Recorrida, frisa-se, a mais vantajosa para a Administração Pública, esta supostamente equivocada em virtude de erro no preenchimento da planilha, contudo, a falha com maestria, fica evidente a tentativa desesperada de ver a sua proposta ser aceita, ao passo de apontar equívocos que claramente não existem.

IV – DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COMPROVAÇÃO DE POSSUIR CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL) OU CAPITAL DE GIRO (ATIVO CIRCULANTE – PASSIVO CIRCULANTE) DE, NO MÍNIMO, 16,66% DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

Alega a Recorrente que a Recorrida supostamente deixou de apresentar a declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública, o que violaria o item 9.10.5.3 do Edital.

Ocorre que tal alegação não merece prosperar uma vez que a Recorrida apresentou a referida declaração, veja senhor pregoeiro, o desespero da Recorrente é tamanho que a mesma encontra-se apresentando narrativa completamente fantasiosa e sequer se atentou para a documentação apresentada pela Saram Serviços Especializados, haja vista que consta a declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública, juntamente com a documentação referente a qualificação econômico financeira, na qual é exigida. Assim como consta a comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação na página 5 (cinco) do Balanço Patrimonial da Recorrida, devidamente apresentado para fins de habilitação.

Tendo isso em vista, requer a total improcedência das razões recursais eis que somente refletem o total desespero da Recorrente em ver sua proposta ser aceita ainda que não seja a mais vantajosa para a Administração Pública.

IV – DA NÃO VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

No processo administrativo existem alguns princípios que norteiam o bom funcionamento dos processos licitatórios. Tais princípios estão previstos no ordenamento jurídico brasileiro, tanto na Lei de Licitações quanto na Constituição Federal.

No caso em tela não houve descumprimento aos termos editalícios e as regras do ordenamento jurídico, haja vista que a proposta apresentada pela recorrida está em total conformidade com as normas do Edital e do Termo de Referência.

É pacífico que na licitação o edital vincula as partes e a administração. O princípio da vinculação do edital já vem expresso no art. 3º da Lei 8666, a saber:

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos "

Neste sentido, leciona o artigo 41 da mesma Lei:

"Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

Ocorre que o Pregoeiro, ao habilitar a recorrida, produziu tratamento isonômico e dentro da legalidade aos demais competidores presentes, uma vez que cumpriu os termos previamente estabelecidos no edital.

As Leis foram estabelecidas para serem cumpridas e para se fazer cumprir, desta forma, as regras estabelecidas para que se prestigie o princípio constitucional da isonomia, que exposto na Constituição Federal inscrito no artigo 5º, veda a distinção de toda e qualquer natureza, estabelecendo a igualdade de todos perante a lei.

Neste sentido, ensina Marçal Justen Filho in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., ed. Dialética:

"Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia."

Reforçando as disposições dos artigos previstos na Lei 8666/93, vejamos o entendimento do ilustre jurista Hely Lopes Meirelles:

"que a Administração Pública e os licitantes estão estritamente vinculados ao edital, ou seja, ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quão ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para órgão ou entidade licitadora." (Hely Lopes Meirelles in Licitação e Contrato Administrativo, 14ª ed., ed. Malheiros)

O Superior Tribunal de Justiça em suas decisões reforça o caráter vinculativo do edital, vejamos:

"RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO. LEILÃO. EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EDITAL FAZ LEI ENTRE AS PARTES.

"- O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes." (STJ - REsp 354.977/SC, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18.11.2003, DJ 09.12.2003 p. 213)

"O princípio da vinculação ao edital, previsto no ar. 41, caput, da Lei n. 8.666/93, impede que a Administração e os licitantes se afastem das normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados" (MS n. 2000.01.00.048679-4/MA, Rel. Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, 3ª Seção, DJ de 10.11.2004, p.03).

O princípio invocado trata-se, em verdade, do princípio básico de toda licitação, vinculando tanto a Administração quanto os proponentes, aos termos e exigências ali determinados. É a lei interna da Licitação e uma vez não impugnado os termos do edital, este torna-se lei entre as partes, ou seja, vinculam tanto à Administração Pública quanto aos licitantes, não podendo dos seus termos se afastar. Tal princípio aplica-se a todas às fases do certame, tendo incidência tanto na fase de apresentação e julgamento da proposta vencedora da fase lances, quanto na fase habilitatória.

V – CONCLUSÃO

Assim sendo, restou claro que a proposta e as documentações habitatórias apresentadas pela Recorrida estão em pleno acordo com os estritos termos determinados no Edital, conforme a farta demonstração acima delineada, sendo a aceitação e habilitação da Recorrida corretamente realizada pelo senhor pregoeiro, conforme preceitua os princípios constitucionais dispostos no art. 3º da Lei 8.666/93, do qual destacamos os princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e o Julgamento Objetivo do objeto licitado.

VI – DO PEDIDO

Ante todo o exposto requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que aceitou e habilitou SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA no certame, dando prosseguimento as demais fases do processo licitatório.

Termos em que,

pede deferimento.

Belém, 18 de novembro de 2021.
SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
CNPJ nº 11.056.054/0001-95
SILVANA DO NASCIMENTO
PROPRIETÁRIA

Fechar